



# Câmara Municipal do Recife

## Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva – Nível Superior

# Consultor Legislativo, na Área de Ciências Sociais e Políticas

## TIPO 1 – BRANCA

### Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - este caderno de prova contendo **70** questões objetivas, cada qual com **05 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
  - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e meia** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **30/09/2014**, no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife).
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **01/10/2014** até as 23h59 do dia **02/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife), por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



## Língua Portuguesa



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

Elvis

### 1

A charge acima foi publicada em agosto de 2014, momento em que havia grande número de mortes na guerra entre palestinos e israelenses no Oriente Médio; a representação gráfica inclui um conjunto de elementos alusivos ao conflito e a leitura de um deles, que está inadequada, é:

- (A) a estrela de seis pontas representa o estado de Israel;
- (B) o buraco no centro da estrela se liga aos tiros presentes no conflito;
- (C) o sangue escorrendo na base da estrela se prende ao sofrimento causado pela guerra, com muitos mortos;
- (D) a fumaça alude aos incêndios provocados pelos bombardeios na faixa de Gaza;
- (E) as diversas marcas registradas sobre a estrela judaica mostram os prejuízos sofridos por Israel.

Texto 1 – Bichos de estimação

*Superinteressante*, 2007

Não há um limite que estabelece até quando o apego a bichos de estimação é normal ou não. Ter um animal de estimação, na maioria dos casos, é benéfico para a saúde física e mental por ser uma forma de ter companhia e um meio de expressar emoções. Quem tem um bichinho sabe muito bem disso.

### 2

Entre as observações sobre a estruturação desse parágrafo no texto 1, a mais adequada é:

- (A) a forma verbal “estabelece” deveria ser substituída por “estabeleça” já que se refere a um fato real;
- (B) a expressão “até quando” deveria ser substituída por “até que ponto”, já que não se trata de referência a tempo;
- (C) o termo “bichos de estimação” deveria ser substituído por “animais de estimação” por ser um termo não coloquial;
- (D) o termo “disso” deveria ser substituído por “disto” já que tem por antecedente um elemento próximo;
- (E) o termo “bichinho” deveria ser substituído por “bicho” já que se trata de um texto científico, e não familiar.

Texto 2 – Fonte da juventude

*Superinteressante*, 2009

Sempre existiram jovens e velhos. Mas a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente: começou nos EUA e na Europa dos anos 20. Foi quando as universidades se tornaram comuns e atrasaram a idade em que as pessoas casavam e tinham filhos. De uma hora para outra, cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo que quase não existia antes: o limbo entre a infância e a vida adulta para valer. Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo.

### 3

No texto 2 há duas ocorrências do vocábulo *mais*: “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente” e “cada vez mais gente passava a desfrutar”. Sobre essas ocorrências, a afirmação correta é:

- (A) na primeira ocorrência é um termo adverbial determinado por outro advérbio (bem);
- (B) na segunda ocorrência é um advérbio de intensidade, ligado ao termo “gente”;
- (C) nas duas ocorrências, o termo exerce a função de advérbio de intensidade;
- (D) na segunda ocorrência, o termo pertence à classe dos pronomes indefinidos, com o valor de quantidade precisa;
- (E) na primeira ocorrência se trata de um advérbio de tempo.

### 4

A frase do texto 2 “Sempre existiram jovens e velhos” pode ser reescrita de forma adequada e mantendo-se o sentido original do seguinte modo:

- (A) houveram sempre jovens e velhos;
- (B) não só jovens, mas também velhos sempre houveram;
- (C) jovens, assim como velhos, sempre houve;
- (D) nunca deixaram de haver jovens e velhos;
- (E) nunca deixou de existir jovens e velhos.

### 5

A frase abaixo, retirada do texto 2, que exemplifica a variedade coloquial da linguagem é:

- (A) “sempre existiram jovens e velhos”;
- (B) “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente”;
- (C) “foi quando as universidades se tornaram comuns”;
- (D) “cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo”;
- (E) “um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

### 6

“Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

O termo “aliás” equivale semanticamente a diferentes expressões; no caso do texto 2, seu significado é:

- (A) de outra maneira;
- (B) do contrário;
- (C) além do mais;
- (D) não obstante;
- (E) a propósito.

## Texto 3

*Galileu*, maio 2009

“Alguns alimentos têm as características modificadas quando entram em contato com o ar porque ocorre uma troca de umidade. Os pães ficam duros porque têm muita água, e os biscoitos amolecem devido ao fato de quase não levarem água”.

## 7

Em relação ao primeiro período do texto 3, o segundo período funciona como:

- (A) oposição a uma afirmação anterior;
- (B) retificação de algo afirmado;
- (C) repetição, em outras palavras, de algo já dito;
- (D) exemplificação de um fato;
- (E) explicação de um conceito.

Texto 4 – Como surgiu a linguagem humana?

*Galileu*, junho 2008

Embora não exista uma resposta fechada para a pergunta, há alguns experimentos e teorias que sugerem que o início do processo se deu entre os antepassados do Homo Sapiens, há 1,5 milhão de anos. A hipótese mais considerada pelos especialistas para o início da linguagem é a antropológica. Segundo ela, o processo resultou da necessidade do homem, além de se comunicar socialmente, garantir sua sobrevivência. (adaptado)

## 8

No texto 4 a frase inicial “Embora não exista uma resposta fechada” tem uma substituição inadequada em:

- (A) Posto que não exista uma resposta fechada;
- (B) Malgrado não existir uma resposta fechada;
- (C) Não obstante não existir uma resposta fechada;
- (D) Ainda não existindo uma resposta fechada;
- (E) Apesar de não existir uma resposta fechada.

## 9

No texto 4, a norma culta NÃO é rigorosamente respeitada no seguinte segmento:

- (A) “há alguns experimentos e teorias”;
- (B) “há 1,5 milhão de anos”;
- (C) “o processo resultou da necessidade do homem”;
- (D) “o início do processo se deu”;
- (E) “além de se comunicar socialmente”.

## 10

No texto 4, a pergunta do título:

- (A) é ignorada no desenvolvimento do texto;
- (B) é respondida de forma vaga e imprecisa;
- (C) não é respondida satisfatoriamente no texto;
- (D) é claramente respondida, ainda que sob um só ponto de vista;
- (E) é respondida, mas de forma não técnica.

Texto 5 – Nossa nova língua portuguesa

Julia Michaelis, *Galileu*, agosto 2009

Logo que comecei a trabalhar como editora, reparei que a diferença entre a língua falada e a escrita é maior em português do que em inglês, meu idioma nativo. Um estrangeiro pode passar anos sem topar com uma ênclise. De repente, abre um livro e “paft!” As pessoas não se sentam; sentam-se. Uma porta não se fecha; fecha-se. O ex-presidente Jânio Quadros uma vez falou “fi-lo porque qui-lo”. Tradução: fiz porque quis – e foi por causa da ênclise falada que a frase entrou na história.

## 11

Com base no texto 5, o ex-presidente Jânio Quadros negou várias vezes ter dito essa frase porque, sendo ele professor de Língua Portuguesa, jamais poderia tê-la dito em função de estar errada. Sua forma correta e mais adequada seria:

- (A) Fi-lo porque o quis;
- (B) Fiz isso porque qui-lo;
- (C) Porque qui-lo, o fiz;
- (D) Fiz isso porque isso quis;
- (E) Fi-lo porque quis-lhe.

## 12

A forma enclítica do pronome “o” junto ao pretérito perfeito do verbo “querer” que mostra incorrecção é:

- (A) Eu qui-lo;
- (B) Tu quiseste-o;
- (C) Nós quisemos-lo;
- (D) Vós quiseste-lo;
- (E) Eles quiseram-no.

## 13

No texto 5, a “tradução” da frase “Fi-lo porque qui-lo” está:

- (A) correta, porque o pronome complemento é indispensável;
- (B) inadequada, pois falta o pronome complemento;
- (C) incorreta, porque mostra erro de gramática;
- (D) adequada, já que os pronomes são redundantes;
- (E) imprecisa, pois estão ausentes os sujeitos das frases.

## 14

Um texto publicitário de um plano de saúde emprega a seguinte frase: “Você quer um plano de saúde para seus pais e nenhum te atende?”.

Se quiséssemos reescrever essa mesma frase dentro das regras da norma culta, deveríamos:

- (A) omitir o termo “você” no início da frase;
- (B) trocar o pronome possessivo “seus” por “teus”;
- (C) trocar o pronome “te” por “lhe”;
- (D) trocar o pronome “te” por “se”;
- (E) colocar “você quer” no plural: “vocês querem”.

**Texto 6 – Poupar é possível**

Elaine Toledo, *Claúdia*

Sempre dá para separar um dinheirinho para o futuro. Em sete passos fáceis, veja como: 1. Ande com um caderninho na bolsa e anote tudo o que gasta para saber para onde está indo seu dinheiro. 2. Se você não tem certeza de que conseguirá conter seus impulsos, deixe em casa cartões de crédito e cheques. Estabeleça um limite em dinheiro para carregar na carteira. 3. Planeje suas compras, todas elas, e pague apenas à vista. 4. Sempre pesquise preços e pechinche. 5. Só compre pela internet ou pelo telefone se for algo necessário, oferecido a um preço ótimo (a internet é um prato cheio para compradores compulsivos). 6. Passe longe das liquidações. 7. Pesquise pacotes econômicos para celular, telefone fixo, internet e TV a cabo.

**15**

A frase do texto 6 que traz somente marcas de linguagem formal é:

- (A) “sempre dá para separar um dinheirinho”;
- (B) “para saber onde está indo seu dinheiro”;
- (C) “sempre pesquise preços e pechinche”;
- (D) “a internet é um prato cheio para compradores”;
- (E) “pesquise pacotes econômicos para celular”.

**16**

No texto 6, a marca que indica uma preocupação com o paralelismo na construção de grande parte das frases do texto é:

- (A) o início traz sempre uma forma verbal;
- (B) o emprego de formas de imperativo;
- (C) o apelo ao humor nas instruções;
- (D) o uso de formas coloquiais de linguagem;
- (E) a presença de testemunhos de autoridade.

**17**

Um adolescente manda, por meio das novas tecnologias da comunicação, a seguinte mensagem para a namorada: *Ñ preciso dzer o qto amo vc né?*

A linguagem empregada, nesse caso, mostra:

- (A) a utilização de gírias e neologismos;
- (B) o emprego de variedades regionais de nossa língua;
- (C) o excessivo emprego de linguagem figurada;
- (D) o apelo a muitas imagens;
- (E) a preocupação com a brevidade.

**Texto 7**

Em 3 de novembro de 1957, a cadela Laika se tornava o primeiro animal da Terra a ser colocado em órbita. A bordo da nave soviética Sputnik2, ela morreu horas depois do lançamento, mas pôde entrar para a história da corrida espacial.

O animal escolhido para ir ao espaço era uma vira-latas de 6Kg de nome kudriavka. Depois os soviéticos decidiram renomeá-la como Laika. Sua cabine tinha espaço para ela ficar deitada ou em pé. Comida e água eram providenciadas em forma de gelatina. Ela tinha uma proteção e eletrodos para monitorar seus sinais vitais. Os primeiros dados da telemetria mostraram que ela estava agitada, mas comia a ração.

Apesar de toda a preparação, ela morreu devido a uma combinação de superaquecimento e pânico, deixando alguns cientistas tristes.

**18**

O texto 7 pode ser incluído entre os textos de tipo:

- (A) narrativo com traços descritivos;
- (B) descritivo com traços dissertativo-expositivos;
- (C) descritivo, com traços dissertativo-argumentativos;
- (D) dissertativo argumentativo com traços narrativos;
- (E) dissertativo expositivo com traços descritivos.

**19**

O texto 7, inicialmente, se refere a uma “cadela” e, mais tarde, se refere a ela como “animal”, estabelecendo uma relação de anáfora por meio de um hiperônimo. O mesmo aconteceria no seguinte par de palavras:

- (A) soviéticos / russos;
- (B) gelatina / alimento;
- (C) morrer / falecer;
- (D) história / conhecimento;
- (E) espaço / universo.

**20**

No texto 7 há duas ocorrências do vocábulo “mas”; em ambos os casos, esse vocábulo:

- (A) marca uma oposição entre dois segmentos;
- (B) indica posicionamentos críticos diante de algum fato;
- (C) explicita uma relação lógica entre dois termos;
- (D) introduz um aspecto positivo após a citação de algo negativo;
- (E) esclarece alguma ideia anterior.

**21**

A frase “o animal escolhido para ir ao espaço” traz uma segunda oração na forma reduzida; a forma adequada dessa mesma oração, caso desenvolvida, é:

- (A) o animal escolhido para que vá ao espaço;
- (B) o animal escolhido para a ida ao espaço;
- (C) o animal escolhido para que fosse ao espaço;
- (D) o animal escolhido a fim de ir ao espaço;
- (E) o animal escolhido para que tivesse ido ao espaço.

**22**

Na frase “deixando alguns cientistas tristes”, há a presença de uma forma verbal no gerúndio. A frase abaixo em que a forma sublinhada pertence a uma categoria verbal diferente é:

- (A) Laika esteve vijando pelo espaço.
- (B) muitos ficaram lamentando a morte da cadelinha.
- (C) nem todos estavam participando da corrida espacial.
- (D) a cadela tinha vindo para o centro espacial.
- (E) a nave espacial estava superaquecendo.

**23**

Em “pôde entrar para a corrida espacial” há somente uma oração, pois “pôde entrar” é uma locução verbal; a frase abaixo em que há somente uma oração é:

- (A) a tripulação mandou desembarcar a mercadoria;
- (B) a cadela sentiu estremecer a nave;
- (C) a cadelinha quis sair da nave espacial;
- (D) os cientistas deixaram morrer o animal;
- (E) a cadelinha via chegar a ração.

Texto 8 – A Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade revelou nesta segunda-feira, 4, que o governo militar determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972, que não atendessem a nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão.

O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores.

*O Estado de São Paulo, 04 fev 2013*

**24**

Com base no texto 8, o emprego do verbo “revelar” mostra que:

- (A) foi algo dito sob ação de tortura;
- (B) se tratava de um segredo;
- (C) se refere a algo comunicado de forma oficial;
- (D) indica uma verdade insuspeitada;
- (E) demonstra algo contado com superação do medo.

**25**

“revelou nesta segunda-feira”; de acordo com o texto 8, o emprego da forma do demonstrativo “nesta”, nessa frase do texto, se deve ao mesmo motivo que levou a seu emprego na seguinte frase:

- (A) João e Maria chegaram, mas esta de táxi.
- (B) Esta blusa que visto foi presente de meu marido.
- (C) Esta é a verdade: todos devem estudar mais.
- (D) Esta época é a de maior frio.
- (E) Nesta sala todos são luteranos.

**26**

No texto 8 há uma série de elementos duplos; o par abaixo em que o segundo elemento traz certa intensificação do primeiro é:

- (A) no Brasil / no exterior;
- (B) nacionais / internacionais;
- (C) mortos / desaparecidos;
- (D) denunciando / cobrando;
- (E) desaparecimentos / assassinatos.

**27**

Os elementos do texto 8 que mantêm entre si uma relação de concordância nominal ou verbal são:

- (A) violações de direitos;
- (B) torturas, desaparecimentos e assassinatos;
- (C) pedido de esclarecimento;
- (D) assassinatos de opositores;
- (E) anistia internacional.

**28**

“O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 8, a única afirmativa correta é:

- (A) o termo “às ações” completa o termo “reação”;
- (B) Anistia Internacional traz letras maiúsculas iniciais para que sua importância fosse aumentada;
- (C) há uma vírgula antes do pronome relativo “que” por tratar-se de uma oração restritiva;
- (D) o conector “sobre” deveria ser substituído por “sob”;
- (E) o termo “de opositores” serve de complemento dos três termos anteriores.

**29**

A opção abaixo em que a troca de posição dos termos sublinhados altera o significado da frase original é:

- (A) “determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972...”;
- (B) “nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais ...”;
- (C) “sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão”;
- (D) “que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos”;
- (E) “torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

**30**

“que não atendessem a nenhum pedido”; a forma adequada de reescrever-se essa frase do texto 8 de modo a retirarem-se as negações e mantendo-se o sentido original é:

- (A) que nenhum pedido fosse atendido;
- (B) que deixassem de atender a qualquer pedido;
- (C) que algum pedido fosse atendido;
- (D) que não atendessem a pedido algum;
- (E) que atendessem a quaisquer pedidos.

## Legislação Específica

**31**

De acordo com a Lei Orgânica do Município do Recife, as comissões parlamentares de inquérito da Câmara Municipal:

- (A) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno;
- (B) serão criadas a requerimento, no mínimo, da maioria absoluta dos Vereadores;
- (C) terão por objeto a apuração de fato que atente contra a dignidade e decoro dos integrantes do poder público, ainda que o fato não seja determinado no início dos trabalhos;
- (D) observarão o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogável de forma justificada por igual período, com limite de 180 (cento e oitenta) dias;
- (E) investigarão exclusivamente fatos graves envolvendo parlamentares municipais e terão poderes próprios de autoridades legislativas.

**32**

O processo legislativo no Município do Recife, consoante dispõe sua lei orgânica, compreende a elaboração de emendas:

- (A) à Constituição Estadual, leis complementares, leis ordinárias e leis delegadas;
- (B) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções;
- (C) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos;
- (D) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias;
- (E) à lei orgânica, leis ordinárias, leis de iniciativa popular e decretos do Executivo.

**33**

Em tema de Poder Legislativo Municipal, a Lei Orgânica do Município do Recife dispõe que:

- (A) a Câmara Municipal reunir-se-á anualmente no período de trabalho legislativo ordinário de 01 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;
- (B) compete privativamente à Câmara Municipal sancionar, promulgar e fazer publicar leis, bem como expedir decretos e/ou regulamentos para sua fiel execução;
- (C) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração direta ou indireta será exercida pelo Tribunal de Contas Municipal;
- (D) compete privativamente ao Presidente da Câmara Municipal declarar a necessidade, a utilidade pública ou o interesse social, para fins de desapropriação nos termos da lei federal;
- (E) o Presidente da Câmara remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 (trinta) de abril do exercício seguinte, as contas do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

**34**

O Município do Recife, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa. A Lei Orgânica do Município do Recife estabelece que o processo de participação popular será exercido por meio de instrumentos como:

- (A) as associações de moradores;
- (B) as audiências públicas;
- (C) o tribunal do júri;
- (D) o direito de livre associação;
- (E) o direito de livre reunião.

**35**

É forma de provimento originário de cargo público, segundo o estatuto dos servidores do Município de Recife:

- (A) a promoção;
- (B) a reintegração;
- (C) o aproveitamento;
- (D) a nomeação;
- (E) a readaptação.

**36**

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Recife, o servidor municipal tem direito, assegurada a percepção integral de vencimentos do cargo, à licença:

- (A) prêmio, no período de 03 (três) meses, após cada 3 (três) anos de efetivo exercício prestado exclusivamente ao Município, podendo ser convertido em pecúnia o período não gozado por necessidade de serviço;
- (B) à gestante, mediante inspeção médica, pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, incluída nesse período a licença para aleitamento, que fica condicionada à nova perícia médica;
- (C) para tratamento de saúde por período de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável excepcionalmente uma única vez por até mais 12 (doze) meses nos casos considerados recuperáveis, mediante nova inspeção médica;
- (D) por motivo de doença em pessoas de sua família, no prazo máximo de 12 (doze) meses, mediante inspeção médica;
- (E) para trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez por até mais 2 (dois) anos.

**37**

Consoante dispõe a Lei nº 14.728/85 (Estatuto dos Servidores do Município do Recife), o servidor que comete ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo se em legítima defesa, é passível de sofrer pena disciplinar de:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão;
- (C) exoneração;
- (D) demissão;
- (E) multa e suspensão.

**38**

O Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que a comissão de ética parlamentar:

- (A) é composta por 3 (três) membros, que se reúnem mensalmente ou quando houver convocação de seu presidente;
- (B) tem como presidente o vereador mais votado nas eleições, dentre os membros da comissão;
- (C) tem caráter transitório, sendo instaurada quando houver notícia de fato concreto, determinado e individualizado que atente contra a ética parlamentar;
- (D) é competente para instruir processos contra o Prefeito, em casos que importem sanções éticas a serem submetidas ao plenário;
- (E) tem as mesmas prerrogativas de uma comissão parlamentar de inquérito.

**39**

Em matéria de deveres fundamentais dos vereadores, o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que, no exercício do mandato de parlamentar, o Vereador deve:

- (A) comparecer a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das sessões ordinárias, excetuando-se os casos de licença;
- (B) receber pessoalmente os cidadãos que o requererem, devendo fazê-lo, ao menos, uma vez por semana;
- (C) respeitar a posição adotada por seu partido político, votando conforme a orientação do líder partidário;
- (D) manter sigilo sobre as atividades que cheguem a seu conhecimento, que possam resultar em mal uso do dinheiro público, favorecimentos indevidos e prática do corporativismo;
- (E) propor, ao menos, 5 (cinco) projetos de leis por ano a serem votados pelo plenário.

**40**

O Vereador que infringir o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife, agindo com conduta incompatível com o decoro parlamentar, se submeterá às seguintes sanções:

- (A) censura, multa e suspensão do exercício do mandato;
- (B) censura, suspensão do exercício do mandato e perda do mandato;
- (C) advertência, repreensão e suspensão do exercício do mandato;
- (D) advertência, multa e perda do mandato;
- (E) advertência, repreensão e cassação do mandato.



## Conhecimentos específicos

### 41

Leia com atenção as seguintes abordagens de análise do poder:

1) “Pode-se conceber o ‘poder’ – ‘influência’ e ‘controle’ são sinônimos úteis – enquanto capacidade de um ator fazer algo afetando outro ator, que muda o provável padrão de futuros acontecimentos específicos. Isto pode ser divisado mais facilmente numa situação de tomada de decisão”. (DAHL, Robert. *Who Governs?*)

2) “É claro que o poder é exercido quando A participa da tomada de decisões que afeta B. Mas o poder também é exercido quando A devota suas energias na criação ou no reforço de valores sociais e políticos e de práticas institucionais que limitam o escopo do processo político submetido à consideração pública de apenas aqueles temas que são comparativamente inócuos para A. Na medida em que A obtém sucesso em fazer isso, impede-se que B, para todos os propósitos práticos, leve a público quaisquer temas que possam em sua decisão ser seriamente prejudiciais para o conjunto de preferências de A”. (BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton. *Dois faces do poder.*)

3) “Não é o supremo e mais insidioso exercício do poder evitar que as pessoas tenham qualquer tipo de queixas ao moldarem suas percepções, conhecimentos e preferências, de tal modo que aceitem seu papel na existente ordem das coisas, seja porque não possam ver ou imaginar alternativas para ela, ou porque a vejam como natural e imutável, ou porque a valorizem como divinamente ordenada e benéfica? Pressupor que a ausência de queixas equivale a um genuíno consenso, é apenas excluir a possibilidade de consenso falso, ou manipulado por decreto consensual”. (LUKES, Steven. *O Poder.*)

4) “Sendo esta a linha geral de análise, algumas precauções metodológicas impunham-se para desenvolvê-la. Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro (...). Segunda precaução metodológica: não analisar o poder no plano da intenção ou da decisão (...). Terceira precaução metodológica: não tomar o poder como fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras (...). Quarta precaução metodológica: (...) fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como esses mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e formas de dominação globais”. (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.*)

Acerca destas diferentes maneiras de conceber e analisar a questão do poder, é correto afirmar que:

- (A) o pressuposto da abordagem (1) é que o poder só existe em situação de dissenso ou conflito – o que é verdadeiro, se levarmos em conta que processos de deliberação racional são decididos pela força do melhor argumento;
- (B) a abordagem (3) sugere que a questão da ideologia, tal como formulada na tradição marxista, isto é, como “falsa consciência”, deveria estar no cerne da análise do poder, uma vez que determina as maneiras pelas quais o sujeito irá formar suas opiniões;
- (C) a preocupação da abordagem (2) é com a possibilidade de que certos temas sejam impedidos de vir à tona, e que portanto não possam sequer converter-se em questões a respeito das quais alguma decisão possa ser tomada;

- (D) a abordagem (3) refuta totalmente a abordagem (1), na medida em que assinala que o processo de tomada de decisão é constrangido por forças inconscientes;
- (E) a abordagem (4) é um desdobramento da abordagem (2), uma vez que propõe a análise do poder desde uma perspectiva ascendente, ou seja, que parte da existência de micro-relações de poder para daí deduzir suas regras gerais de funcionamento.

### 42

As ondas de protesto popular que se alastraram no Ocidente nos últimos anos têm motivações e características específicas. Nos EUA, o sentimento de injustiça diante da resposta do governo Obama à crise de 2008 deu ensejo ao slogan “Nós somos o 99%” do movimento *Occupy Wall Street*. Na Espanha, os altos índices de desemprego (sobretudo entre jovens) que se sucederam à crise financeira foram um dos principais catalisadores do movimento dos *Indignados*. No Brasil, o aumento da tarifa de transporte público foi o estopim de mobilizações que se desdobraram em agendas diversas, tanto nacionais (o tema da corrupção, por exemplo), quanto localizadas (o gasto com os eventos esportivos, como Copa e Olimpíadas, e seu impacto nas cidades). Há, contudo, uma característica importante que subjaz a estes três movimentos de protesto, uma característica comum, que em certa medida os une e explica.

Tal característica é uma insatisfação que se refere:

- (A) à crise do sistema representativo nas atuais democracias;
- (B) aos níveis cada vez mais altos de concentração de renda e desigualdade;
- (C) ao neoliberalismo como paradigma dominante da economia;
- (D) à hegemonia do setor financeiro no capitalismo hodierno;
- (E) à globalização e acordos de livre comércio entre blocos econômicos.

### 43

A única sequência de correntes do pensamento político que está em sua ordem cronológica correta é:

- (A) absolutismo / liberalismo / comunismo / socialismo;
- (B) liberalismo / absolutismo / socialismo / comunismo;
- (C) absolutismo / liberalismo / marxismo / socialismo;
- (D) liberalismo / marxismo / socialismo / comunismo;
- (E) absolutismo / liberalismo / socialismo / comunismo.

**44**

Considere os seguintes trechos de artigos, escritos a partir das manifestações que varreram as principais cidades brasileiras desde junho passado:

“Estamos diante de um verdadeiro divisor de águas na história do país, deixando para trás as formas anacrônicas do nosso sistema político, que vem hipotecando a expressão do moderno, cuja palavra chave é a autonomia dos seres sociais diante do Estado e do mercado, ao que há de mais retardatário em nossa sociedade. Não à toa ouve-se das ruas o clamor em favor da abertura da esfera pública à participação popular, até então mantida ao largo da deliberação das políticas públicas, capturadas pelo jogo de interesses de grupos econômicos e dos políticos que lhes servem”. (VIANNA, Luiz Werneck. “As mobilizações de junho e julho”.)

“Em termos muito singelos, o despotismo indireto é a representação política tornada incapaz de se exercer no interesse dos representados, mas voltada exclusivamente ao dos próprios representantes. No fundo, é o fracasso da ideia mesma de representação, que só teria como funcionar em nível adequado se gerasse, nas palavras certeiras de Nadia Urbinati, um “processo contínuo de circulação” entre sociedade e Estado, durante e entre os embates eleitorais. (...) Eis o ponto que gostaríamos de destacar: estamos falando de um conceito que resguarda o potencial semântico de lidar com experiências que vão além do campo do autoritarismo, podendo envolver regimes democráticos. Isto é, regimes que, apesar de conservarem os direitos e as liberdades democráticas típicas, além do sufrágio universal, têm suas práticas de representação degradadas por um processo sutil de autorreferencialidade, vale dizer, de fechamento para a voz dos representados.” (ARAÚJO, Cícero. “A representação política no Brasil e o despotismo indireto”.)

A reivindicação pela reforma do sistema representativo com vistas a abrir novos canais de participação popular na política esteve no cerne dos recentes protestos no Brasil.

No que diz respeito à possibilidade de sua implementação concreta, tal reivindicação pode ser considerada:

- (A) utópica, pois a Carta de 1988 proíbe expressamente qualquer mecanismo de participação direta;
- (B) incerta, dado que a Carta de 1988 não é clara quanto à efetiva adoção de mecanismos de participação direta;
- (C) plausível, pois que a Carta de 1988 já prevê mecanismos de participação direta;
- (D) disruptiva, pois sua implementação implicaria a necessidade de instaurar uma nova Assembleia Constituinte;
- (E) problemática, pois apesar de a Carta de 1988 não proibir expressamente a participação direta, sua implementação exigiria a dissolução do Congresso Nacional.

**45**

Sobre a relação entre xenofobia e genocídio, é correto afirmar que:

- (A) genocídio pressupõe xenofobia, mas nem toda xenofobia implica genocídio;
- (B) o genocídio é uma condição de possibilidade da xenofobia;
- (C) a xenofobia é consequência direta do genocídio;
- (D) o genocídio é a tradução prática do sentimento de xenofobia;
- (E) genocídio pressupõe xenofobia, e toda xenofobia implica genocídio.

**46**

Considere a seguinte afirmação (X) e razão (R):

(X) Se o grande momento das democracias representativas é o voto, e se este supõe a formação das preferências dos eleitores, então o próprio processo de formação de preferências é uma variável importante para o funcionamento de um regime democrático. Logo, a chamada “mídia corporativa”, isto é, as grandes empresas de comunicação (rádios, emissoras de TV, jornais e revistas de ampla circulação) condicionam em alguma medida a escolha eleitoral.

(R) As informações que influenciam na escolha do candidato A, B ou C não dizem respeito somente às suas respectivas biografias, mas também a questões mais amplas, os rumos da economia, a situação das cidades etc. O voto expressa um julgamento sobre o comportamento e o desempenho de políticos, julgamento este que é construído através do acúmulo de narrativas acerca de tais questões. Para que os eleitores possam comparar alternativas, é preciso que eles as situem dentro de um espaço comum, formado pelos diversos assuntos que compõem a agenda de debates públicos, que é pautada pela grande mídia.

É correto afirmar que:

- (A) (X) é falso, mas (R) é verdadeiro;
- (B) (X) é verdadeiro, mas (R) é falso;
- (C) tanto (X) como (R) são verdadeiras, mas (R) não é uma explanação válida de (X);
- (D) tanto (X) como (R) são verdadeiras, e (R) é uma explanação válida de (X);
- (E) (X) e (R) são ambas falsas.

**47**

“Hoje [São Paulo] é uma cidade feita de muros. Barreiras físicas são construídas por todos os lados: ao redor das casas, dos condomínios, dos parques, das praças, das escolas, dos escritórios... A nova estética da segurança decide a forma de cada tipo de construção, impondo uma lógica fundada na vigilância e na distância. (...) Presume-se que as comunidades fechadas sejam mundos separados. As mensagens publicitárias acenam com a promessa de ‘viver plenamente’ como uma alternativa à qualidade de vida que a cidade e seu deteriorado espaço público podem oferecer”. (CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana.)

“Mas existe um terceiro e mais importante motivo de preocupação com a crescente desigualdade na vida americana: um fosso muito grande entre ricos e pobres enfraquece a solidariedade que a cidadania democrática requer. Eis como: quando a desigualdade cresce, ricos e pobres levam vidas cada vez mais distintas. (...) Os mais ricos afastam-se dos logradouros e dos serviços públicos, deixando-os para aqueles que não podem usufruir de outro tipo de serviço. (...) O esvaziamento do domínio público dificulta o cultivo do hábito da solidariedade e do senso de comunidade dos quais depende a cidadania democrática”. (SANDEL, Michael. Justiça. O que é fazer a coisa certa.)

Estas passagens lançam luz sobre alguns dos efeitos perversos da desigualdade: o esgarçamento do sentimento de pertencer a uma mesma trajetória coletiva e o aumento da desconfiança intersubjetiva, com a segregação cívica e sua expressão no espaço público. Um terceiro efeito do aumento da desigualdade está relacionado a:

- (A) polarização ideológica: com o abismo entre ricos e pobres aumentando, o populismo tende a aumentar;
- (B) comparecimento eleitoral: países muito desiguais em geral apresentam altas taxas de abstenção de voto;
- (C) pressão inflacionária: quanto maior a desigualdade, mais o governo é obrigado a estimular o consumo entre as classes mais baixas;
- (D) desaceleração demográfica: o aumento da desigualdade impacta negativamente a taxa de crescimento populacional;
- (E) insegurança pública: há uma correlação entre os níveis de desigualdade e os índices de criminalidade.

**48**

A publicação do livro “O Capital no Século XXI”, do economista francês Thomas Piketty, deflagrou um grande debate no mundo acadêmico ao recolocar em pauta a questão da relação entre o modo de produção capitalista e a desigualdade. As séries históricas e estatísticas nas quais Piketty se apóia para avançar sua tese estão sob intenso escrutínio, e devem permanecer alvo de controvérsia durante algum tempo. Contudo, há outras fontes de pesquisas e dados sobre o tema da desigualdade – como por exemplo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o relatórios do *Credit Suisse*, que apontou que 68,7% da população mundial possui apenas 3% da riqueza, ao passo que 0,7% da população acumula 41% da riqueza.

Esses relatórios, amplamente divulgados na imprensa, indicam que, nos últimos 20 anos, a desigualdade de renda está:

- (A) aumentando nos países desenvolvidos (G-7), e também nos países em desenvolvimento, com exceção da China;
- (B) aumentando nos países desenvolvidos (G-7), e também em muitos países em desenvolvimento, com exceção do Brasil;
- (C) diminuindo nos países desenvolvidos (G-7), e aumentando nos países em desenvolvimento;
- (D) permanecendo estável nos países desenvolvidos (G-7), e aumentando nos países em desenvolvimento (BRICs), com exceção do Brasil;
- (E) permanecendo estável nos países desenvolvidos (G-7), e decrescendo nos países em desenvolvimento (BRICs), com exceção do Brasil.

**49**

“Cerca de 50 mil brasileiros são vítimas de homicídios dolosos, anualmente, dos quais apenas 8%, em média, são esclarecidos e um número bem menor chega a ser julgado e condenado. Portanto, a taxa de impunidade relativa aos crimes mais graves alcança o espantoso patamar de 92%. Somos o segundo país mais violento do mundo, considerando-se os números absolutos referentes aos crimes letais intencionais. Examinando o baixíssimo índice de esclarecimento, um observador poderia ser instado a deduzir que o Brasil é o país da impunidade. Não é verdade. Temos a terceira população prisional do mundo, abaixo apenas da China e dos Estados Unidos, e um dos mais velozes crescimentos da taxa de encarceramento do planeta: havia 160 mil presos em 1995; hoje, são 540 mil.” (SOARES, Luiz Eduardo. Raízes do imobilismo político na segurança pública.)

A respeito dos mecanismos que jazem na raiz do problema da segurança pública, é correto afirmar que:

- (A) como fator de inibição à disposição de cometer um crime, a severidade da pena importa menos do que a expectativa de ser pego ao praticá-lo;
- (B) há uma correlação direta entre miséria e violência: quanto mais pobre é uma região, mais violenta ela será;
- (C) a severidade da pena aplicada ao crime é inversamente proporcional à disposição do criminoso em praticá-lo;
- (D) quanto maiores as taxas de encarceramento, menores os índices de criminalidade observados;
- (E) a ênfase em políticas punitivas traz melhores resultados do que a ênfase em políticas preventivas.

**50**

Considere as passagens abaixo:

“Os evangelistas das redes sociais (...) parecem acreditar que um amigo de Facebook e um amigo real são a mesma coisa, e que se inscrever em uma lista de doadores no Vale do Silício, hoje, é ativismo no mesmo sentido que pedir um café num restaurante segregado de Greensboro em 1960. (...) Em outras palavras, o ativismo no Facebook dá certo não ao motivar pessoas para que façam sacrifícios reais, mas sim ao motivá-las a fazer o que alguém faz quando não está motivado o bastante para um sacrifício real” (GLADWELL, Malcom. A revolução não será tuitada.)

“Ao reduzir os custos de coordenação, redes sociais podem compensar as desvantagens de grupos desorganizados. (...) Como resultado, grupos dispersos podem agora assumir algumas formas de ações coordenadas, tais como movimentos de protestos e campanhas públicas, que até então eram privilégio de organizações formais. Para movimentos políticos, uma das principais formas de coordenação é aquilo que os militares chamam de ‘consciência compartilhada’, a capacidade de cada membro de um grupo não apenas de entender uma determinada situação, mas também de saber que todos os demais também entendem” (SHIRKY, Clay. The political power of social media.)

É possível inferir que o cerne do desacordo entre Shirky e Gladwell é a questão da:

- (A) natureza intrinsecamente política de vínculos compartilhados em redes sociais;
- (B) relação entre ativismo político e consciência compartilhada nas redes sociais;
- (C) vantagem das redes sociais na disseminação de atitudes políticas;
- (D) capacidade de vínculos facilitados por redes sociais darem ensejo a ação coletiva politicamente motivada;
- (E) possibilidade das redes sociais substituírem as instâncias representativas como *locus* de ação política.

**51**

A democracia moderna resulta da articulação de duas tradições distintas. De um lado, a tradição liberal, constituída pela ênfase no governo das leis (*rule of law*), defesa dos direitos humanos e respeito à liberdade individual; de outro, a tradição fundada nas noções de igualdade, equidade e soberania popular.

Do ponto de vista da lógica que rege o funcionamento dessas duas tradições, e não de seus atributos substantivos, a relação entre elas é:

- (A) de complementaridade, haja visto que a defesa dos direitos humanos não faz senão aprofundar a igualdade entre os indivíduos;
- (B) de competição, dada a concorrência, na esfera pública, entre defensores do Direito como único princípio de ordenamento social, e os defensores da soberania popular como potência instituinte;
- (C) de antagonismo, pois a noção liberal de liberdade individual choca-se com os princípios de igualdade e soberania popular;
- (D) de simbiose, já que quanto mais consolidado for o império das leis, maior será a garantia de soberania popular;
- (E) de co-extensividade, pois que a soberania popular é a consequência natural do governo das leis.

**52**

Em 1776, no início do rascunho que depois se transformaria na Declaração de Independência dos Estados Unidos, Thomas Jefferson escreveu: “Consideramos estas verdades autoevidentes: que todos os homens são criados iguais, dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade”.

A convicção de Jefferson sofreria diversos influxos ao longo da história, culminando na Declaração Universal dos Direitos Humanos, formalizada e adotada pela ONU em 1948. Segundo tal Declaração, os direitos humanos supõem três qualidades encadeadas, sendo portanto direitos:

- (A) naturais (inerentes aos homens) / iguais (os mesmos para todo mundo) / universais (aplicáveis em toda parte);
- (B) adquiridos (por força da lei que os instaura) / iguais, mas sensíveis às particularidades culturais / universais (aplicáveis em toda parte);
- (C) naturais (inerentes aos homens) / iguais, mas sensíveis às particularidades culturais / universais (aplicáveis em toda parte);
- (D) adquiridos (por força da lei que os instaura) / iguais (os mesmos para todo mundo) / universais (aplicáveis em toda parte);
- (E) naturais (inerentes aos homens) / iguais (os mesmos para todo mundo) / localizados (válidos somente em sociedades “abertas”).

**53**

“Existe ‘ordem’ quando os elementos não existem sem ligação, mas têm entre si um princípio de unidade que os faz participar, ao mesmo tempo, de um conjunto único. (...) Existe desordem quando os elementos de um conjunto, fazendo parte deste todo, se comportam como se não fizessem parte”. (BALANDIER, Georges. A desordem – elogio do movimento.)

Tendo em mente tal definição de ordem/desordem, pode-se dizer que a civilização que emerge no Ocidente moderno é:

- (A) estruturalmente ordenada, posto que fundada no princípio da soberania popular, alicerce da democracia;
- (B) estruturalmente desordenada, posto que politicamente convulsionada por ideologias totalitárias;
- (C) estruturalmente ordenada, posto que regida pelos princípios de universalidade expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- (D) estruturalmente desordenada, posto que caracterizada pelo triunfo do individualismo como ethos;
- (E) estruturalmente ordenada, posto que regida pelo “mão invisível do mercado”, mecanismo de integração harmônica entre tendências micro e macro econômicas.

**54**

“O processo de judicialização [da política] tem dois componentes: o primeiro deles e provavelmente o mais importante é a expansão do poder dos juizes em detrimento daquele dos políticos e administradores, e o segundo é a expansão de métodos jurídicos de decisão para além do domínio do Poder Judiciário. (...) A tradição brasileira anterior a 1988 é de fraca autonomia do Judiciário que, ao longo dos primeiros cem anos de República, diferentemente do caso norte-americano, não instituiu uma tradição de revisão dos atos do Executivo na tradição política brasileira até 1988 é o poder mais ativo, que atua sem um processo de equilíbrio das suas prerrogativas” (AVRITZER, Leonardo. Judicialização da política e equilíbrio de poderes no Brasil.)

Acerca da relação entre os poderes no Brasil a partir da vigência da Carta de 1988, pode-se dizer que:

- (A) o Poder Legislativo tornou-se hegemônico, impulsionado pelo fortalecimento da relação com o Poder Executivo;
- (B) o Poder Judiciário se viu cada vez mais enfraquecido em sua autonomia, impossibilitado formalmente de operar revisões constitucionais;
- (C) o Poder Judiciário se fortaleceu, como atesta o enfraquecimento do Congresso Nacional diante do STF;
- (D) o Poder Executivo continuou predominando, em que pese a mudança formal expressa na nova Constituição;
- (E) o Poder Legislativo reconquistou a autonomia, assim sobrepujando o Poder Executivo.

**55**

Onde quer que sejam colocadas em prática, iniciativas de ação afirmativa – a política de cotas raciais sendo recentemente o exemplo mais notório no Brasil – suscitam debates e polêmicas de diversos teores na esfera pública.

Do ponto de vista de sua fundamentação filosófica, os argumentos mobilizados para justificá-las enquanto ações moralmente válidas são:

- (A) argumento da diversidade (objetivo de contribuir para a melhora das relações sociais), argumento da reparação (objetivo de compensar o dano causado a algum grupo no passado), e argumento da proteção (objetivo de garantir a sobrevivência de algum grupo ou cultura particular);
- (B) argumento da reparação (objetivo de compensar o dano causado a algum grupo no passado), argumento do privilégio (objetivo de instaurar uma exceção que atenda a uma necessidade específica), e argumento da justiça social (objetivo de reduzir ou minorar desigualdades);
- (C) argumento do privilégio (objetivo de instaurar uma exceção que atenda a uma necessidade específica), argumento da justiça social (objetivo de reduzir ou minorar desigualdades), e argumento da proteção (objetivo de garantir a sobrevivência de algum grupo ou cultura particular);
- (D) argumento da proteção (objetivo de garantir a sobrevivência de algum grupo ou cultura particular), argumento da diversidade (objetivo de contribuir para a melhora das relações sociais) e argumento da justiça social (objetivo de reduzir ou minorar desigualdades);
- (E) argumento da reparação (objetivo de compensar o dano causado a algum grupo no passado), argumento da justiça social (objetivo de reduzir ou minorar desigualdades), e argumento da diversidade (objetivo de contribuir para a melhora das relações sociais).

**56**

O sociólogo Louis Wirth definiu minoria como “um grupo de pessoas que, em função de suas características físicas ou culturais, diferenciam-se pelo tratamento desigual recebido na sociedade em que vivem, e que portanto consideram a si mesmos como objeto de discriminação coletiva”. Tal definição está assentada em critérios:

- (A) objetivos, porque baseados numa realidade numérica ou demográfica;
- (B) subjetivos, porque baseados no princípio da auto-declaração;
- (C) objetivos e subjetivos, porque baseados tanto numa realidade numérica ou demográfica quanto no princípio da auto-declaração;
- (D) objetivos, porque a pertença a uma minoria é também atribuída pela sociedade, em função de particularidades físicas ou comportamentais, e subjetivos, porque indivíduos pertencentes a uma minoria a tomam como base da identidade grupal;
- (E) objetivos, porque a pertença a uma minoria é também atribuída pela sociedade, em função de particularidades físicas ou comportamentais, e subjetivos, porque indivíduos pertencentes a uma minoria se dizem vítimas de preconceitos.

**57**

“Proponho-me submeter a vosso julgamento algumas distinções, ainda bastante novas, entre duas formas de liberdade, cujas diferenças até hoje não foram percebidas ou que, pelo menos, foram muito pouco observadas. Uma é a liberdade cujo exercício era tão caro aos povos antigos; a outra, aquela cujo uso é particularmente útil para as nações modernas.” (CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos.) Nesse discurso, proferido no Athenee Royal de Paris em 1819, Benjamin Constant enunciou uma questão crucial para o entendimento da política no mundo moderno, acerca da transformação do sentido e significado da ideia de liberdade. Em seu famoso ensaio “Dois conceitos de Liberdade” (1958), o filósofo Isaiah Berlin retomou esta questão, chamando a liberdade dos antigos de “positiva” e a liberdade dos modernos de “negativa”, e examinando-lhes os matizes mais demoradamente. Sobre estas duas noções de liberdade, é correto afirmar que:

- (A) a liberdade dos antigos estava referida sobretudo à participação política na *polis*, ao passo que a liberdade dos modernos está fundada no ideal romântico do indivíduo que liberta-se da tradição e cria a si próprio;
- (B) a liberdade dos antigos estava referida sobretudo às ações dos indivíduos na vida privada, ao passo que a liberdade dos modernos refere-se à possibilidade dos indivíduos participarem da vida pública;
- (C) a liberdade dos antigos estava referida sobretudo à participação política na *polis*, ao passo que a liberdade dos modernos refere-se a ausência de coerção externa sobre as ações do indivíduo;
- (D) a liberdade dos antigos estava referida sobretudo à participação dos indivíduos na vida pública, ao passo que a liberdade dos modernos refere-se tanto à participação na vida pública quanto à ausência de coerção externa sobre as ações do indivíduo;
- (E) a liberdade dos antigos estava referida à ausência de coerção externa sobre o indivíduo, ao passo que a liberdade dos modernos é baseada no ideal romântico do indivíduo que liberta-se da tradição e cria a si próprio.

**58**

“Em sociedades em que os interesses são díspares e os valores plurais, a imagem da independência dos juízes frente ao público solidifica-se e é desejável, uma vez que o magistrado não deve relacionar o interesse público a ambições particulares e julgar os diferentes casos de forma isenta e precisa. Essa concepção de independência é válida se compreendermos o Direito como distinto da Justiça, sendo entendido como uma técnica para solução de conflitos com base na existência de leis positivas postas pelo Estado. Se o Direito for compreendido como as regras postas pelo Estado, ele demanda uma metodologia científica positiva e isenta de valores para solidificar uma concepção neutra de justiça”. (FILGUEIRAS, Fernando. *Accountability e Justiça*.)

Durante o século XX, teóricos de diferentes searas procuraram ultrapassar os limites formalistas do positivismo jurídico. Os chamados pós-positivistas insistem em que o Direito não se resume à aplicação de regras estabelecidas, mas está referido aos princípios normativos que organizam as sociedades. Assim, o pós-positivismo implica uma mudança na forma de abordar o problema da relação entre as normas fundamentais e a sua validade, que passam a ser definidas não apenas pela sua forma logicamente estabelecida, mas também pelo seu conteúdo.

Tal abordagem traz à reflexão a questão do status atual da relação entre Direito e política, e da atuação de juízes e do Poder Judiciário, acerca da qual é correto afirmar que:

- (A) o juiz não é responsável diante da sociedade, mas tão somente diante da lei, posto que não faz mais do que respeitar um processo legalmente estabelecido;
- (B) o Judiciário decide para o conjunto da sociedade questões de natureza valorativa, que envolvem concepções de bem – mas não o juiz, que apenas aplica tais decisões;
- (C) o juiz e o Judiciário não decidem para o conjunto da sociedade questões de natureza valorativa, que envolvem concepções de bem;
- (D) o Judiciário compõe uma espécie de fórum de razão pública, em que princípios de justiça são deliberados e publicamente validados à luz de valores socialmente aceitos;
- (E) o juiz e o Judiciário podem até decidir sobre questões de natureza valorativa, mas como sua atuação não é política, não são responsáveis diante da sociedade.

**59**

A Lei Maria da Penha entrou em vigor em 22 de setembro de 2006. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que após sofrer seis anos de violências cometidas pelo marido, tornou-se paraplégica, tendo sobrevivido inclusive a uma tentativa de afogamento e eletrocução. O marido foi condenado a dois anos em regime fechado. A Lei Maria da Penha aumentou o rigor da punição para agressões contra a mulher nos âmbitos doméstico e familiar: alterou o Código Penal de modo a possibilitar que agressores sejam presos em flagrante (ou tenham prisão preventiva decretada), aumentou o tempo máximo de detenção de um para três anos, e estabeleceu medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua proximidade com a mulher e os filhos. Com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica passou a ser tipificada como uma forma de violação aos direitos humanos, e os crimes a ela relacionados passaram a ser julgados em Varas Criminais.

Para casos em que homens sofrem agressões por parte de mulheres, é correto dizer que a Lei Maria da Penha:

- (A) pode ser utilizada, já que prevê exceções em que o homem é a vítima e a mulher, o agressor;
- (B) não pode ser utilizada, já que existe uma lei similar a ser aplicada quando o homem é vítima de violência doméstica;
- (C) não pode ser utilizada, já que trata somente de agressões sofridas por mulheres;
- (D) não pode ser utilizada, já que a violência doméstica, por definição, é sempre cometida por homens e sofrida por mulheres;
- (E) pode ser utilizada, por analogia, já que não existe lei similar a ser aplicada quando o homem é vítima de violência doméstica.

**60**

Monarquia (soberania cabe a um indivíduo), oligarquia (soberania partilhada por alguns poucos) e democracia (soberania do povo) são:

- (A) formas de governo, isto é, modalidades através das quais é exercido o poder executivo;
- (B) regimes políticos, isto é, modos de organização das relações entre governantes e governados;
- (C) técnicas de governo, isto é, arranjos institucionais com vistas à produção de decisões vinculantes;
- (D) princípios políticos, isto é, valores normativos com vistas à produção de decisões vinculantes;
- (E) regimes de governo, isto é, arranjos de poder legítimos porque baseados no princípio da soberania.

**61**

“O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. (BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos).

Acerca da questão da justificativa e da proteção dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo, pode-se afirmar, na esteira de Bobbio, que sua justificativa estaria suficientemente assegurada:

- (A) dada a consolidação do vocabulário jusnaturalista de que derivam; mas sua proteção não, pois apesar de inerentes ao Homem, sua realização está subordinada à soberania de cada nação;
- (B) dada a aceitação universal da noção de que todos os homens nascem e permanecem iguais; mas sua proteção não, dada a recusa das grandes potências em ratificar a Convenção do Genocídio;
- (C) dada a consolidação do vocabulário jusnaturalista de que derivam; mas sua proteção não, principalmente em função do fraco papel desempenhado pela ONU;
- (D) dada a aceitação universal da noção de que todos os homens nascem e permanecem iguais; mas sua proteção não, principalmente em função do fraco papel desempenhado pela ONU;
- (E) dada a aceitação universal, na prática, da noção de que todos os homens nascem e permanecem iguais; mas sua proteção não, pois apesar de inerentes ao Homem, sua realização está subordinada à soberania de cada nação.

**62**

Num encontro por ocasião da 12ª Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), Silvio de Abreu, autor de novelas da Rede Globo, falou sobre como suas obras ajudam a combater o preconceito contra homossexuais: “Ela [novela] não modifica sua cabeça, mas coloca os temas que serão discutidos, que poderão ter uma consequência maior dentro da sociedade, eu acredito. Acho inclusive que a aceitação maior do homossexual se deve muito às novelas, porque quando a gente passou a fazer isso [apresentar personagens gays na TV], passou a mostrar que não era nenhum bicho de sete cabeças”. (Fonte: <http://g1.globo.com/poparte/flip/2014/noticia/2014/08/novelas-ajudam-gay-ser-mais-aceito-afirma-autor-silvio-de-abreu.html>).

No que diz respeito ao funcionamento da indústria cultural, tal como entendida pelos teóricos da Escola de Frankfurt, a caracterização positiva de personagens homossexuais em novelas de uma grande emissora de televisão como a Globo pode ser entendida como:

- (A) uma evidência da imposição, pela indústria cultural, da ideologia das classes dominantes;
- (B) uma resposta ao imperativo do lucro, dado o espaço cada vez maior ocupado pelo mercado homossexual;
- (C) uma evidência que desmente um dos pressupostos de tal Escola, na medida em que abre um espaço de afirmação para um discurso contra-hegemônico;
- (D) uma prova de que a indústria cultural, ao nivelar “por baixo” suas produções, contribui para a narcotização da consciência;
- (E) uma operação de alienação, na medida em que desvia a atenção do público para questões mais fundamentais da existência, como a exploração econômica.

**63**

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (...) Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe. Vocês nos acusam de querer suprimir a propriedade cuja premissa é privar da propriedade a imensa maioria da sociedade.” (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista.)

“Há uma luta de classes, sem dúvida. E é a minha classe, a dos ricos, que está fazendo esta luta, e vencendo”. (BUFFET, Warren, bilionário norte-americano, em 2006.)

O tema da estratificação social, e da desigualdade entre classes como motor do conflito nas sociedades, foi recentemente reconduzido ao centro do debate político nos Estados Unidos, principalmente em função:

- (A) dos efeitos da dívida interna norte-americana, inflada em função das Guerras do Iraque e do Afeganistão;
- (B) da atuação do chamado Tea Party, a ala conservadora do Partido Republicano, em favor da abolição dos impostos para as grandes fortunas;
- (C) do caráter crônico dos altos níveis de desemprego nos EUA, sobretudo entre jovens universitários;
- (D) de uma nova rodada de conflitos raciais, deflagrados em 2007 na esteira da absolvição de um policial branco que espancara uma mulher negra, no Alabama;
- (E) da resposta à crise de 2008, como atesta o slogan “Nós somos o 99%” do movimento *Occupy Wall Street*.

**64**

Nos últimos anos, a Europa tem assistido a ascensão de partidos e lideranças de extrema-direita. Na Áustria, o Partido da Liberdade – que tem em Jörg Haider, acusado de negar o holocausto, um de seus principais expoentes – conseguiu 26% de votos nas eleições nacionais. Na França, o partido de Jean-Marie Le Pen obteve uma vitória histórica (25% dos votos) na última eleição para renovar a Parlamento Europeu, tornando-se a primeira força política do país. O partido Aurora Dourada possui quase 10% dos votos na Grécia e, na Hungria, o partido Jobbik reúne 18% do eleitorado. Semelhante tendência de crescimento do extremismo fora observada durante a depressão que se seguiu à Primeira Guerra Mundial durante as décadas de 1920 e 1930, o que sugere que há uma correlação entre:

- (A) períodos de crise econômica e crescimento do nacionalismo xenófobo;
- (B) períodos de instabilidade política e crescimento do autoritarismo;
- (C) períodos de crise econômica e crescimento do militarismo;
- (D) períodos de instabilidade política e crescimento do nacionalismo xenófobo;
- (E) períodos de crise econômica e crescimento da instabilidade política.

**65**

“O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes em outras”. (CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. O longo caminho.)

Atualmente, é usual desdobrarmos a cidadania em direitos civis, políticos e sociais: se o indivíduo não for titular destes direitos, não possui de fato sua condição de cidadão assegurada. Acerca da relação entre estes três tipos de direitos, é correto afirmar que:

- (A) não é possível haver direitos civis (baseados na liberdade individual, incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei) sem direitos políticos (baseados na ideia de autogoverno, incluem principalmente o direito ao voto);
- (B) sem os direitos civis (baseados na liberdade individual, incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei), os direitos políticos (baseados na ideia de autogoverno, incluem principalmente o direito ao voto) podem até existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo;
- (C) os direitos políticos (baseados na ideia de autogoverno, incluem principalmente o direito ao voto) são condição fundamental à concretização de direitos civis (baseados na liberdade individual, incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei);
- (D) a existência de direitos civis (baseados na liberdade individual, incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei) depende da postulação dos direitos sociais (baseados na ideia de justiça social, incluem o direito à educação, ao trabalho, à saúde, à aposentadoria);
- (E) direitos sociais (baseados na ideia de justiça social, incluem o direito à educação, ao trabalho, à saúde, à aposentadoria) não podem existir sem os direitos civis e políticos.

**66**

Vinculado à emergência das massas urbanas em meados do século XX, sobretudo na América Latina, o populismo é caracterizado pela hegemonia de líderes carismáticos que procuram estabelecer um estreito vínculo emocional com as massas, minimizando a intermediação de partidos ou outras instâncias representativas. O populismo pode, portanto, ser definido menos pelo conteúdo do que pela forma, na medida em que afigura-se como uma modalidade de exercício do poder político com vistas a estabelecer uma relação particular entre sociedade e Estado. Compreendido em seu aspecto ideológico, o populismo é um fenômeno:

- (A) de esquerda, posto que inteiramente voltado à realização das necessidades dos segmentos populares;
- (B) de direita, posto que exercido por sobre uma base autoritária personificada na figura do líder da nação;
- (C) de direita, mas antiliberal, posto que comprometido com ações de redistribuição;
- (D) de esquerda, mas anticomunista, posto que calcado na figura de um líder carismático;
- (E) de direita e de esquerda, posto que pode dar ensejo tanto a um projeto de redistribuição, quanto a um projeto liberal capitaneado pelo líder carismático.

**67**

Ao longo de nossa história, a questão racial recebeu tratamentos diferentes, isto é, foi concebida ou pensada em determinados termos, por intelectuais de filiações diversas (Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, entre outros), de acordo com o momento específico do país. A alternativa que corresponde adequadamente aos três momentos dessa história é:

- (A) 1) a negação do racismo do final do século XIX: a experiência da escravidão como praticamente livre de degradação e violência; 2) o elogio da miscigenação a partir da década de 1930: a diversidade e a mistura de raças como fator positivo da constituição nacional; e 3) o reconhecimento oficial do racismo: a Carta de 1988 abrindo a possibilidade de instauração de ações afirmativas;
- (B) 1) o racismo científico do final do século XIX: a aposta no embranquecimento gradual da população como solução para o atraso civilizacional do Brasil; 2) a crítica da miscigenação a partir da década de 1930: a diversidade e a mistura de raças como fator negativo da constituição nacional; 3) o reconhecimento oficial do racismo: a Carta de 1988 abrindo a possibilidade de instauração de ações afirmativas;
- (C) 1) o racismo científico do final do século XIX: a aposta no embranquecimento gradual da população como solução para o atraso civilizacional do Brasil; 2) o elogio da miscigenação a partir da década de 1930: a diversidade e a mistura de raças como fator positivo da constituição nacional; 3) a permanência da negação do racismo no contexto democrático: a Carta de 1988 barrando a possibilidade de instauração de ações afirmativas;
- (D) 1) a negação do racismo do final do século XIX: a experiência da escravidão como praticamente livre de degradação e violência; 2) a crítica da miscigenação a partir da década de 1930: a diversidade e a mistura de raças como fator negativo da constituição nacional; 3) a permanência da negação do racismo no contexto democrático: a Carta de 1988 barrando a possibilidade de instauração de ações afirmativas;
- (E) 1) o racismo científico do final do século XIX: a aposta no embranquecimento gradual da população como solução para o atraso civilizacional do Brasil; 2) o elogio da miscigenação a partir da década de 1930: a diversidade e a mistura de raças como fator positivo da constituição nacional; 3) o reconhecimento oficial do racismo: a Carta de 1988 abrindo a possibilidade de instauração de ações afirmativas.



68

“Quebec aprovou algumas leis na área da língua. Uma regra quem pode enviar os filhos a escolas de língua inglesa (não os francófonos nem os imigrantes); outra requer que negócios com mais de 50 empregados sejam dirigidos em francês; uma terceira põe fora da lei placas comerciais não escritas em francês. Em outras palavras, foram impostas aos habitantes do Quebec, pelo governo, restrições em nome de sua meta coletiva de sobrevivência, restrições que, em outras comunidades canadenses, poderiam facilmente não ser impostas em virtude da Carta. A questão fundamental foi: essa variação é aceitável ou não?” (TAYLOR, Charles. A Política do Reconhecimento.)

Há diversas respostas para tal questão. Alguns autores, como os teóricos do liberalismo procedimental, argumentam que os direitos individuais devem sempre ter precedência sobre metas coletivas. Nessa perspectiva, uma sociedade tipicamente liberal é aquela que não adota nenhuma visão substantiva sobre o que é bom, sobre os objetivos de vida; ela apenas adota o compromisso de tratar as pessoas com igual respeito. Por outro lado, há autores que argumentam que uma sociedade com fortes metas coletivas pode ser liberal desde que mantenha o princípio de respeitar a diversidade, e desde que possa oferecer salvaguardas adequadas aos direitos fundamentais. De acordo com essa visão, uma sociedade liberal se mede pela forma com que trata suas minorias.

Tal debate evidencia o paradoxo resultante da incompatibilidade entre:

- (A) o princípio do relativismo, a afirmação de que todas as culturas possuem igual valor, e o princípio do etnocentrismo, a disposição de colocar a si no centro do mundo, e julgar a diferença em relação aos seus próprios padrões;
- (B) o igualitarismo democrático, a noção de que todos são iguais perante a lei, e o fascismo, que se expressa na criação de uma hegemonia fundada num senso de superioridade particular;
- (C) o princípio do universalismo igualitarista, que jaz na base da ideia moderna de democracia, e a exigência do reconhecimento à diferença, a diversidade considerada um bem em si mesma, merecedora portanto de proteção;
- (D) o princípio do relativismo, a afirmação de que todas as culturas possuem igual valor, e a exigência do reconhecimento à diferença, a diversidade considerada um bem em si mesma, merecedora portanto de proteção;
- (E) o princípio do universalismo igualitarista, que jaz na base da ideia moderna de democracia, e o princípio do etnocentrismo, a disposição de colocar a si no centro do mundo, e julgar a diferença em relação aos seus próprios padrões.

69

No Brasil, a modernidade veio deitar raízes em terreno já profundamente atravessado por ambiguidades. Eram dois os “brasis” que coexistiam no século XIX: o Brasil agrário, das casas-grandes e senzalas, onde nada parecia ameaçar a vontade senhorial, a dominação pelo privilégio e a lógica do favor; e o Brasil das cidades, de modas e imigrantes europeus, nas quais o progresso imprimia ao tempo aceleração vertiginosa. A independência fora costurada sob influência de ideias americanas e européias de diferentes colorações liberais, e a República veio aprofundar o alcance e a penetração deste ideário. Contudo, se por um lado a influência da ideologia burguesa era nítida, por outro o próprio sistema escravista bastava para desmentir um de seus pressupostos básicos, a racionalização produtiva. Havia, portanto, uma incompatibilidade claramente definida: em teoria, adotava-se a igualdade perante a lei, a liberdade trabalhista, a universalidade dos princípios; as práticas econômicas, entretanto, descortinavam outra realidade. Aqui, o sopro ideológico que animava a modernidade de nossos vizinhos ao Norte parecia ter serventia menos como motor e espelho de um sistema econômico do que para emprestar uma coloração moderna ao discurso das elites.

Neste cenário, tomou forma uma importante disputa sobre as matrizes políticas que deveriam moldar institucionalmente (e ideologicamente) a administração do Brasil e, por conseguinte, guiar-nos o desenvolvimento. Intelectuais e políticos como Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, Aureliano Cândido Tavares Bastos (deputado pelo Partido Liberal) e Oliveira Vianna, envolveram-se em tal debate, polarizado em torno das matrizes do:

- (A) Americanismo, que pregava a descentralização política, a fim de fortalecer a noção de indivíduo e as virtudes do associativismo, e a liberalização das atividades econômicas; e Iberismo, que reconhecia a centralização política como uma necessidade instrumental – o Estado defendendo a unidade territorial e os indivíduos frente ao poder dos caudilhos, a quem não interessava o acesso das massas aos direitos civis e políticos;
- (B) Brazilianismo, que fazia do reconhecimento da singularidade brasileira – nosso modelo de colonização agrário e escravocrata – a mola mestra do desenvolvimento econômico; e Bolivarianismo, que enfatizava a justiça social e união dos países latino-americanos contra a exploração das potências do Norte;
- (C) Iberismo, que reconhecia a centralização política como uma necessidade instrumental – o Estado defendendo a unidade territorial e os indivíduos frente ao poder dos caudilhos, a quem não interessava o acesso das massas aos direitos civis e políticos; e Brazilianismo, que fazia do reconhecimento da singularidade brasileira – nosso modelo de colonização agrário e escravocrata – a mola mestra do desenvolvimento econômico;
- (D) Americanismo, que pregava a descentralização política, a fim de fortalecer a noção de indivíduo e as virtudes do associativismo, e a liberalização das atividades econômicas; e Brazilianismo, que fazia do reconhecimento da singularidade brasileira – nosso modelo de colonização agrário e escravocrata – a mola mestra do desenvolvimento econômico;
- (E) Iberismo, que reconhecia a centralização política como uma necessidade instrumental – o Estado defendendo a unidade territorial e os indivíduos frente ao poder dos caudilhos, a quem não interessava o acesso das massas aos direitos civis e políticos; e Bolivarianismo, que enfatizava a justiça social e união dos países latino-americanos contra a exploração das potências do Norte.

**70**

Recentemente, tem ganhado força o movimento a favor do voto distrital (ou “sistema eleitoral de maioria simples”). No sistema de voto distrital, cada membro do parlamento é eleito individualmente, pela maioria dos votos, nos limites geográficos de um distrito. Para que isto seja feito, o país é dividido em um determinado número de distritos eleitorais, geralmente com população semelhante entre si, cada qual elegendo um dos políticos que irão compor o parlamento.

A proposta do voto distrital suscitou um importante debate sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação política no Brasil. A alternativa que expressa corretamente os argumentos que indicam as vantagens e desvantagens do voto distrital é:

- (A) vantagens: fortalecimento do elo entre representantes e representados (mais facilidade de fiscalização e prestação de contas), e memória eleitoral (como o número de candidatos por distrito é menor, o eleitor é capaz de fazer uma avaliação mais precisa das propostas de cada um); desvantagens: favorecimento dos interesses locais (representantes podem se sentir estimulados a atuar em defesa apenas da localidade que os elegeram e da qual dependem para se reeleger, deixando em segundo plano questões nacionais), clientelismo e baixa renovação de deputados (a competição eleitoral circunscrita a distritos propicia a formação de vínculos clientelistas entre representantes e representados, que é um dos fatores que dificultam a renovação dos quadros parlamentares);
- (B) vantagens: desfavorecimento de radicais e grupos de interesse (como cada deputado tem que ser eleito por uma maioria de eleitores, o sistema favorece candidatos que defendam interesses gerais da população), e memória eleitoral (como o número de candidatos por distrito é menor, o eleitor é capaz de fazer uma avaliação mais precisa das propostas de cada um); desvantagens: aumento dos custos de campanha (dada a necessidade de conquistar a maioria de votos), clientelismo e baixa renovação de deputados (a competição eleitoral circunscrita a distritos propicia a formação de vínculos clientelistas entre representantes e representados, que é um dos fatores que dificultam a renovação dos quadros parlamentares);
- (C) vantagens: tendência ao bipartidarismo (dado o critério da maioria, no longo prazo a tendência é haver a formação de apenas dois blocos hegemônicos de poder – como nos EUA, país que adota o voto distrital), e fortalecimento do elo entre representantes e representados (mais facilidade de fiscalização e prestação de contas); desvantagens: desfavorecimento de correntes minoritárias (como a eleição de representantes é feita pela maioria, interesses ou ideologias minoritárias tendem a não conseguir representação parlamentar), e favorecimento dos interesses locais (representantes podem se sentir estimulados a atuar em defesa apenas da localidade que os elegeram e da qual dependem para se reeleger, deixando em segundo plano questões nacionais);

- (D) vantagens: incentivo ao pluripartidarismo (como o pleito é localizado e decidido pela maioria, o protagonismo é dos candidatos, não dos partidos: no longo prazo a tendência é a multiplicação de legendas, de acordo com as lideranças eleitas), e fortalecimento do elo entre representantes e representados (mais facilidade de fiscalização e prestação de contas); desvantagens: desfavorecimento de correntes minoritárias (como a eleição de representantes é feita pela maioria, interesses ou ideologias minoritárias tendem a não conseguir representação parlamentar); favorecimento dos interesses locais (representantes podem se sentir estimulados a atuar em defesa apenas da localidade que os elegeram e da qual dependem para se reeleger, deixando em segundo plano questões nacionais);
- (E) vantagens: fortalecimento do elo entre representantes e representados (mais facilidade de fiscalização e prestação de contas), e redução dos custos de campanha (necessidade de conquistar votos apenas em um distrito); desvantagens: favorecimento dos interesses locais (representantes podem se sentir estimulados a atuar em defesa apenas da localidade que os elegeram e da qual dependem para se reeleger, deixando em segundo plano questões nacionais), e redução dos custos de campanha (necessidade de conquistar votos apenas em um distrito).



Realização

